



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	563	5.648	1.352	8.700
Clientes	5	4.299	3.621	42.036	12.823
Impostos e contribuições sociais	6	2.482	2.506	3.393	2.928
Estoques	7	28.744		28.759	27
Cauções e depósitos vinculados	9			342	43
Outros créditos	11	2.640	84	3.287	555
Total do Ativo Circulante		38.728	11.859	79.169	25.076
Não circulante					
Clientes	5	5.958	6.875	38.603	15.625
Tributos diferidos	8	2.956		2.956	
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.1	32.780	7.400		
Cauções e depósitos vinculados	9	697	676	1.056	1.392
Outros créditos	11	83	17	114	17
		42.474	14.968	42.729	17.034
Investimentos	12	65.578	38.032		
Imobilizado	13	17	7	18.824	16.990
Intangível	14	89	57	34.516	36.426
		65.684	38.096	53.340	53.416
Total do Ativo Não circulante		108.158	53.064	96.069	70.450
TOTAL DO ATIVO		146.886	64.923	175.238	95.526
PASSIVO					
Circulante					
Receitas antecipadas		2.922	3.638	3.867	4.359
Fornecedores	15	1.589	360	5.053	4.215
Impostos e contribuições sociais	6	671	1.688	2.284	2.742
Tributos diferidos	8			943	365
Dividendos	16	5.056	2.447	5.056	2.447
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	51.476		53.182	15.159
Provisões	18	6.286	3.333	6.286	3.333
Outras contas a pagar	11	1.122	492	2.724	2.286
Total do Passivo Circulante		69.122	11.958	79.395	34.906
Não circulante					
Tributos diferidos	8			9.970	3.371
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17			7.097	3.448
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.1	8.400		8.400	
Provisões	18	14.865	18.941	15.500	19.467
Outras contas a pagar	11	30	21	407	331
Total do Passivo Não circulante		23.295	18.962	41.374	26.617
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	19.1	45.139	31.539	45.139	31.539
Reservas de lucros	19.3	9.330	7.857	9.330	7.857
Prejuízos acumulados			(5.393)		(5.393)
Total do Patrimônio Líquido		54.469	34.003	54.469	34.003
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		146.886	64.923	175.238	95.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receitas	20	12.216	16.071	61.770	33.978
Custos	21				
Custo de operação e produção		(1.978)	(2.298)	(12.718)	(7.283)
Custo do serviço prestado a terceiros		(1.176)	(4.099)	(16.997)	(11.331)
		(3.154)	(6.397)	(29.715)	(18.614)
Lucro bruto		9.062	9.674	32.055	15.364
Despesas e Receitas operacionais	21				
Despesas com vendas		(3)	(71)	(3)	(71)
Despesas gerais e administrativas		(5.299)	(1.304)	(10.504)	(6.660)
Depreciações e amortizações		(13)	(5)	(2.466)	(2.459)
Outras despesas e receitas operacionais		(429)	(88)	(717)	(293)
		(5.744)	(1.468)	(13.690)	(9.483)
Resultado das participações societárias	12	6.646	(10.439)		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		9.964	(2.233)	18.365	5.881
Resultado financeiro	22				
Receitas financeiras		619	2.599	665	2.894
Despesas financeiras		(3.603)	(3.058)	(6.556)	(9.465)
		(2.984)	(459)	(5.891)	(6.571)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		6.980	(2.692)	12.474	(690)
Tributos sobre o lucro	23				
Imposto de renda e contribuição social correntes			(2.701)	(1.109)	(4.232)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.956		(1.429)	(471)
		2.956	(2.701)	(2.538)	(4.703)
Resultado líquido do exercício		9.936	(5.393)	9.936	(5.393)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	24				
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)					
ON		993,60	(539,30)	993,60	(539,30)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado líquido do exercício	9.936	(5.393)	9.936	(5.393)
Resultado abrangente do exercício	9.936	(5.393)	9.936	(5.393)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Geração do valor adicionado	13.639	17.158	74.606	40.259
Receita operacional	13.587	17.222	69.814	37.603
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(3)	(71)	(3)	(71)
Receita relativa à construção de ativos próprios	55	7	4.795	2.727
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.605)	(5.323)	(27.825)	(16.906)
Matérias	(195)	(202)	(4.083)	(5.095)
Matéria-prima e insumos para produção	(2.716)	(4.899)	(15.473)	(8.475)
Serviços de terceiros	(694)	(222)	(1.643)	(519)
Outros custos operacionais				
Valor adicionado bruto	10.034	11.835	46.781	23.353
Retenções				
Depreciações e amortizações	(13)	(5)	(4.739)	(3.255)
Valor adicionado líquido produzido	10.021	11.830	42.042	20.098
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	623	2.599	669	2.894
Resultado da equivalência patrimonial	6.646	(10.439)		
Valor adicionado total a distribuir	17.290	3.990	42.711	22.992
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	3.936	1.864	10.650	7.978
Benefícios	497	191	922	486
FGTS	255	56	525	102
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(1.325)	3.562	7.133	7.464
Estaduais	7	6	2.705	1.182
Municipais	225	527	2.047	1.045
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	3.603	3.058	6.556	9.465
Aluguéis	156	119	2.237	663
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	3.070		3.070	28.385
	10.424	9.383	35.845	28.385
Lucro retido/Prejuízo do exercício	6.866	(5.393)	6.866	(5.393)
	17.290	3.990	42.711	22.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (Companhia ou EDP GRID ou Controladora), é sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de julho de 1997, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e possui sua sede no município de Serra - ES.

Dentre o objeto social da Companhia destacam-se: (i) a prestação e exploração de serviços de telecomunicações; (ii) celebrar, acordos, contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; (iii) a elaboração de projetos civis e eletromecânico de rede de energia de alta, média e baixa tensão; (iv) a prestação de serviços de monitoramento e manutenção de sistemas de automação,

telecomunicações, medição, iluminação pública e ornamental e outros; (v) a realização de projetos, execução e comissionamento de microgeração de energia a partir de fontes renováveis, comercialização de soluções e prestação de serviços de instalação, monitoramento e manutenção de sistemas em funcionamento; (vi) a realização de serviços de diagnósticos energéticos; (vii) o desenvolvimento de projetos de eficiência energética, instalação e comercialização de equipamentos para eficiência energética bem como prestação de serviços de monitoramento e manutenção de sistemas em funcionamento; e (viii) a prestação de serviços de consultoria em eficiência energética, gestão de projetos e serviços de telecomunicações. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia detém, desde 7 de dezembro de 2015, 100% das ações da EDP Soluções em Energia S.A. (EDP Soluções), sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, que tem como objeto social: (i) a prestação de serviço de engenharia, inclusive infraestrutura, obras civis, subestações de energia, edificações e afins, com a utilização de materiais, equipamentos e correlatos; (ii) a prestação de serviços de assessoramento, consultoria técnica, gestão e contratos de performance em eficiência energética e demais serviços a ela relacionados; (iii) a industrialização e comercialização de água, ar comprimido, vapor e biomassa; (iv) o comércio, importação e exportação de materiais e equipamentos elétricos, eletrônicos, eletrodomésticos, hidráulicos, mecânicos e de geração fotovoltaica; (v) a destinação final e descarte de equipamentos elétricos, eletrodomésticos, eletrônicos e lâmpadas; (vi) geração de energia elétrica; (vii) comercialização de energia; e (viii) aluguel de equipamentos e materiais correlatos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2018.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 18.1); Mensuração da receita de serviços de eficiência energética (Nota 5); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 12).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada; e
- A data da demonstração financeira da controlada utilizada para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincide com a da Companhia.

A controlada é consolidada desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuará sendo consolidada até a data que cessar tal controle.

2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de eficiência energética. Em 2017 tal segmento concentrou 76,7% da receita operacional bruta consolidada.

2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Clientes (Nota 5) que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia e da sua controlada identificarem que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia e sua controlada procedem o teste de recuperabilidade dos ativos.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

2.9 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.9.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia e sua controlada

IFRIC 23 - Imposto De Renda - Contabilização de Incertezas sobre tratamentos fiscais (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)
O IFRS emitiu em junho de 2017 a IFRIC 23, que procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Muitas vezes não é claro como uma legislação tributária aplica-se a uma transação ou a uma circunstância específica. Neste contexto surge a questão de como os impactos fiscais deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras se existirem incertezas em relação a opção do tratamento fiscal feito na declaração de imposto de renda. Para essa análise é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras conforme a declaração de imposto de renda e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à declaração de imposto de renda de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.
A Administração da Companhia e de sua controlada estão avaliando os possíveis impactos quando da adoção da referida norma.

Em 31 de dezembro de 2016 os investimentos financeiros da Companhia estavam remunerados à taxa que variavam entre 96,00% e 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os investimentos financeiros da controlada EDP Soluções estavam remunerados à taxa de 96,00% do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

5 Clientes

	Controladora											
	Circulante					Não circulante						
	Valores correntes A vencer		Corrente vencida			Valor líquido em		Valores correntes a vencer			Valor líquido em	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Mais de 360 dias	PECLD	31/12/2017	31/12/2016	Mais de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	
Clientes												
Eficiência energética	36	1.338			1.374	2.304	4.484	4.484		8.802		
(-) Ajuste a valor presente		(82)			(82)	(74)	(1.203)	(1.203)		(1.927)		
Serviço de gerenciamento de obra	283				283							
Serviços de gerenciamento de assinaturas	745	430	149	(149)	1.175	1.267						
Dispêndios a reembolsar		485			485		2.677	2.677				
Outros clientes	1.064				1.064							
Total	2.128	2.171	149	(149)	4.299	3.621	5.958	5.958		6.875		
	Circulante					Não circulante						
	Valores correntes A vencer		Corrente vencida			Valor líquido em		Valores correntes a vencer			Valor líquido em	
	Nota	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Mais de 360 dias	PECLD	31/12/2017	31/12/2016	Mais de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016	
Clientes												
Eficiência energética		2.050	11.897			13.947	7.307	46.547	46.547		21.921	
(-) Ajuste a valor presente		(162)	(1.223)			(1.385)	(961)	(10.621)	(10.621)		(6.296)	
Serviço de gerenciamento de obra		283	1.537			1.820	124					
Serviços de gerenciamento de assinaturas		745	430	149	(149)	1.175	1.267					
Dispêndios a reembolsar	5.2	18.022	485			18.507	2.768	2.677	2.677			
Geração de vapor		5.487	1.421			6.908	1.045					
Outros clientes		1.064				1.064	1.273					
Total		27.489	14.547	149	(149)	42.036	12.823	38.603	38.603		15.625	

Os saldos de Clientes são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa que representa o WACC de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e da controlada.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 25.2.3.

